

## **Encobrimento indígena no processo de colonização do oeste do Paraná**

### **Encubrimiento del indígena en el proceso de colonización en oeste del Paraná**

Clovis Antonio Brighenti, Rosângela Daiana Dos Santos

(Professor de História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).  
Coordenador do Projeto de Extensão Memória Indígena e ação Reparatória  
em Região de Fronteira. Colaborador das Comissões Estadual e Nacional  
da Verdade e colaborador do Conselho Indigenista Missionário.  
[clovisbrighenti@hotmail.com](mailto:clovisbrighenti@hotmail.com) e  
Graduada em História- America Latina na UNILA. Bolsista do  
projeto de extensão: Memória Indígena e Reparações  
pedagógicas na região de Fronteira, no ano de  
2016. [rosangela.daiana@aluno.unila.edu.br](mailto:rosangela.daiana@aluno.unila.edu.br))

#### **Resumo**

A população Guarani ocupante das terras no oeste do Paraná enfrentou processo singular de violações de direitos durante a colonização da região tendo sido considerada estrangeira pela historiografia. Os Guarani não assistiram passivamente o processo de esbulho de suas terras, buscaram estabelecer estratégias de permanecer na região ao mesmo tempo em que questionavam o discurso do estrangeirismo. Nossa pesquisa quer evidenciar como a figura do Guarani aparece no processo da colonização, entre o imaginário do indianismo e uma prática de eliminação social.

**Palavras-chave:** Guarani; Colonização; Oeste do Paraná; Encobrimento.

#### **Resumen**

Los guaraníes que ocupan tierras en el oeste de Paraná enfrentaron singular proceso de violaciones de derechos durante la colonización de la región, fueron considerados extranjeros por la historiografía. Ellos no se quedaron pasivo al despojo de sus tierras, trataron de establecer estrategias para quedarse en la zona al tiempo que cuestionan el discurso de extranjeros. Nuestra investigación es mostrar cómo aparece la figura guaraní en el proceso de colonización, entre el indianismo imaginaria y la práctica de limpieza social.

**Palabras clave:** Guaraní; colonización; Oeste del Paraná; Encubrimiento.

### **Abstract**

The Guarani population occupying the lands in western Paraná faced a singular process of rights violations during the colonization of the region and was considered foreign by historiography. The Guarani did not passively watch the process of squandering their lands, sought to establish strategies to remain in the region while questioning the discourse of foreignism. Our research wants to highlight how the figure of the Guarani appears in the process of colonization, between the imaginary of Indianism and a practice of social elimination.

**Key words:** Guarani; Colonization; West of Paraná; Cover up.

### **Introdução**

Por Guarani no Oeste do Paraná compreende-se a população Guarani (Ava-Guarani, Nhandeva e/ou Mbya) que ocupa a região a oeste do município de Cascavel até a fronteira com o Paraguai e do rio Iguaçu (sul) e rio Piquiri (norte). Ao norte do rio Piquiri também havia (há) presença Guarani, embora destacam-se os Xetá, povo do mesmo tronco linguístico.

Importante salientar os riscos de proceder a estudos com esse tipo de recorte espacial em caso de populações que ocupam espaço territorial muito mais amplo, e nesse caso em ambas as margens do rio Paraná, partes da argentina e praticamente todo sul e sudeste brasileiro. Sobre esse tema destacamos a análise da antropóloga Kimiye Tommasino (2001, p.09):

Tornou-se praxe na academia utilizar o recorte espacial oficial (estado, região sul) e que não coincide com a espacialidade ou territorialidade indígenas. Por exemplo, estudou-se o Guarani no Paraná ou no Rio Grande do Sul resultando uma invisibilidade do território guarani tal como construído historicamente por eles, ou seja, trata-se de um território que ultrapassa as fronteiras estaduais e nacionais.

Em que pese a importância de estudos regionalizados, é mister compreender que essa população ocupa um território que se estende dos pés da Cordilheira dos Andes ao Atlântico. Dados arqueológicos (BONOMO, et al, 2015) e históricos coincidem em situar essa população nas terras baixas do Prata e litoral Atlântico.

A prescritividade e a relação que estabeleceram com o meio, optando por locais ainda preservados ambientalmente, afastando-se dos centros urbanos, rendeu aos Guarani o conceito de integrados. O antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro “Os Índios e a Civilização”

Revista SURES: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>, Ano: 2017, fev, Número: 9, pág. 113-131 publicado em 1970, não tem dúvidas em classificar os Guarani como “integrados”. “Esta classificação acabou produzindo ações indigenistas que justificaram o uso de critério branco para delimitar terras para os índios e, no caso dos Guarani (que estavam) dispersos em pequenos grupos de famílias” (TOMMASINO, 2001, p.11).

Do conceito de integrados resultou na política indigenista desenvolvida pelo Estado brasileiro para essa população.

Todas as políticas indigenistas sugerem que os Guarani teriam sido abolidos como objeto de preocupação por parte do Estado: ou estavam “aculturados” ou na fase final de aculturação, eram “índios integrados” e, portanto, não necessitavam ser atendidos pelas ações indigenistas; não mais se constituíam “empecilhos ao progresso”; já tinham sido transformados em “trabalhadores nacionais” que era o objetivo do Estado para todos os povos autóctones (TOMMASINO, 2001, p.11).

A ação do Estado desenvolvida pelo Serviço de Proteção aos Índios - SPI (1910-1967) e Fundação Nacional do Índio – Funai (1967 em diante) no oeste paranaense partia do pressuposto acima, que os Guarani estavam integrados e não necessitavam mais terras, a via camponesa era a alternativa mais correta. É importante observar que havia diferenças entre a ação indigenista desenvolvida pela Funai com a do SPI. A Funai foi criada em 1967 (Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967) com o intuito de ajustar a política indigenista à ação modernizadora do Estado sob comando militar.

A Funai se recusava a assistir indígenas fora dos “Postos Indígenas”. Essas unidades administrativas eram campos de controle e exploração das terras indígenas nas quais a maioria dos Guarani se recusava a permanecer, porque em geral a administração era executada pela população para a qual fora criada a reserva, como Kaingang ou Xokleng. A primeira atitude do servidor do SPI e/ou Funai ao encontrar uma comunidade Guarani era transferir para “reserva”, a qual denominavam “lugar de índio” (BRIGHENTI, 2012). Não foi diferente no oeste do Paraná, onde os documentos e os testemunhos orais demonstram diversas iniciativas de remoção para o Posto Indígena Rio das Cobras (PR) pertencente ao povo Kaingang. Local controlado pela ação repressora do Estado.

Honório Benites, foi transferido pelo SPI da aldeia localizada em Toledo para Rio das Cobras junto com seus parentes. Relata como foi viver numa terra controlada:

Num dia o seu Raul, Chefe do Posto, falou pra mim, ‘aqui é outra lei, é outro costume’. Eu disse que não sabia, porque lá onde nós morávamos (Toledo) tínhamos liberdade. Essa lei eu nunca conheci. Se não trabalhasse uma semana pro Posto ia pra cadeia, eu não conhecia essa lei (BENITES, 2016).

No Oeste do Paraná agravava-se ainda o fato de ser Faixa de Fronteira. O general-presidente da Funai atendia uma orientação do regime militar, qual seja, de não demarcar terras indígenas dentro da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2014, p. 213-4). Isto é, o órgão indigenista atendeu todos os interesses, menos dos Guarani, em desrespeito total aos Artigos 23 e 25 da Lei 6001/73.

A região em estudo está inserida no contexto de Faixa de Fronteira (150 km desde a fronteira nacional), área com severas restrições de direitos. Também pesa sobre a região a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, de 1889, que exerceu forte controle geopolítico. De acordo com Rocha (1991) muitas famílias, sentindo-se oprimidas pela Colônia Militar, fugiram para o Paraguai. Esse fato se agrava no pós-1964, com os governos ditatoriais no poder, quando os diferentes órgãos que atuaram na região eram comandados por generais.

Uma das principais características dos Guarani e talvez a mais abordada na etnografia, diz respeito a mobilidade. As migrações são elementos constitutivos da forma como os Guarani relacionam-se com o espaço. Fundamentadas em elementos mitológicos e históricos as migrações, registradas pela arqueologia, continuam a fazer parte da dinâmica desse povo. Essa característica confundiu parte dos pesquisadores que atribuíram a essa prática um conceito errôneo de nomadismo. Segundo Melià (1989, p. 294) “a migração, como história e como projeto, constitui um traço característico dos guarani,” embora reconheça que muitos grupos nunca tenham realizado uma migração efetiva.

As pressões ecológicas e os resultados dos processos de violência física são fatores que levaram essa população a intensificar processos migratórios. As migrações obedecem mais a movimentos circulares que unidirecionais. O rio Paraná nunca foi limite territorial para os Guarani, ao contrário, era o elemento aglutinador, eram as “estradas”, no dizer dos Guarani.<sup>1</sup> Portanto, toda a documentação que aborda tema relativo ao pertencimento nacional Guarani deve ser criticado.

Este trabalho é parte das atividades realizadas durante o ano de 2016 no Projeto de Extensão: “Memória Indígena e Reparações Pedagógicas na Região de Fronteira”, projeto registrado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Das pesquisas resultaram que a população Guarani foi sem dúvida a mais violentada pelo processo de

---

<sup>1</sup> De acordo com Chmyz (1989 apud ROCHA, 1991, p. 21), “os sítios arqueológicos que correspondem aos restos das antigas habitações ou aldeias indígenas, foram encontrados nas margens do Paraná e na de seus afluentes. Os cursos fluviais constituíam as principais vias de comunicação e importantes fontes de abastecimentos daqueles ocupantes. Os sítios arqueológicos eram apresentados por camadas que continham resíduos do que confeccionavam, como vasilhas de barro e artefatos de pedra; do preparo e consumo de alimentos e bebidas, como fogões e ossos de animais e sementes de frutas”

colonização, além de serem negados como população originária pertencente a este local, também foi expulsa de suas terras, assassinada, vítima de escravização por parte de empresas que exploravam erva-mate e madeiras.

Desta maneira, o principal objetivo deste artigo é analisar o transcurso do conflito em que se dava a colonização da região oeste do Paraná, principalmente os primeiros contatos entre os colonizadores e os Guarani, e os posteriormente os resultados do processo.

Durante o processo de colonização as terras ocupadas pelas populações Guarani foram entregues a empresas colonizadoras e vendidas para os migrantes, especialmente gaúchos. Desse processo percebemos a frequente expulsão dos indígenas das suas terras ou a permanência dos mesmos em pequenos espaços, sobrevivendo do trabalho sazonal de derrubada de mata ou na lide agropecuária para os novos ocupantes. Aos Guarani passou-se a atribuir uma identidade estrangeira como justificativa para o esbulho da terra.

### **Oeste do Paraná: colonizar a terra e eliminar seus ocupantes**

Há uma constante no processo de colonização do Brasil, desde o período colonial até o tempo presente, em que os sujeitos presentes no espaço desejado pelo colono são ideologicamente coisificados. Transformá-los em coisas, retirando a condição de humanidade ou de humanos dotados de racionalidade, era e é estratégia primeira para apropriar-se das terras por eles ocupadas. Portanto temos em comum nos diferentes períodos históricos<sup>2</sup> o interesse nas terras indígenas, seja para produção de açúcar, criação de gado, café, extração de madeira e minério, produção de energia, cidades, enfim, os interesses coloniais se sobrepõem as interesses indígenas.

A modernização pretendida pelo Estado burguês capitalista necessita eliminar o outro, nem sempre fisicamente, mas sim eliminá-lo, como explica Dussel:

La Modernidad, en su núcleo racional, es emancipación de la humanidad del estado de imadurez cultural, civilizatoria. Pero como mito, en el horizonte mundial, inmola a los hombres y mujeres del mundo periférico, colonial (que los amerindios fueron los primeros en sufrir), como víctimas explotadas, cuya victimación es encubierta con el argumento del sacrificio o costo de la modernización (DUSSEL, 1992, p.139).

---

<sup>2</sup> Evidente que no período colonial o interesse maior era a mão de obra indígena, porém a produção agropecuária necessitava das terras indígenas.

A partir da análise de Dussel, podemos perceber que diante do processo de colonização quem sofreu profundamente as conseqüências da ação foram essencialmente os povos indígenas.

O processo de “modernização” do Brasil e a necessidade de ocupar o território que não era ocupado por descendentes de europeus, mas que pertenciam a grupos indígenas, como no Oeste do Paraná, ignorou esses sujeitos, quando não os expulsou foram tomados como mão de obra, muitas vezes escrava, trabalhando de forma desumana na extração de erva-mate e de madeira para madeireiras e empresas de colonização<sup>3</sup>. Além de dizimar grande parte da população Guarani os poucos que restaram em seus pequenos lotes ficaram impossibilitados de manter suas formas de subsistência afetando tanto a sobrevivência física como cultural.

Dessa maneira, podemos perceber que o contexto socioeconômico em que os Guarani da região Oeste do Paraná foram expostos, dissipou grande parte de sua população, resultando em uma sucessiva violação de direitos. Esses fatores demonstram o quanto essa população viveu à margem da sociedade, ignorados em sua condição cultural e humana. O próprio Estado não considerava a presença Guarani na região, conforme podemos conferir através do Mapa de Viação do Paraná datado de 1901 (Figura 1).

**Figura 1.** Mapa da ocupação do estado do Paraná no início do século XX

---

<sup>3</sup> Dentre as empresas destacam-se: Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná (PRIORI, 2012, p.82).



Fonte: Arquivo público do Paraná.

Exceto pela presença da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, o mapa indica que não há presença humana na região, com amplo destaque para “terras despovoadas”. O que seriam terras despovoadas? Qual era o sentido do povoamento para quem elaborou o mapa? São questões que carecem de resposta, porque a presença indígena era significativa na região, conforme veremos a seguir. Portanto, percebe-se que há uma intencionalidade na divulgação de informações de despovoamento.

Se as fontes indicavam vazio populacional, a lógica era incentivar a colonização deste espaço, especialmente num momento em que o Estado Nacional brasileiro desejava manter uma presença fixa na região de fronteira com receio das investidas dos ervateiros argentinos e paraguaios cada vez mais presentes em terras brasileiras. A madeira era outro produto de luxo extraído ilegalmente das matas brasileiras e transportado pelo rio Paraná para os portos argentinos e uruguaios. Nesse contexto o governo tinha interesse e necessidade de se posicionar de uma forma concreta e direta. Incentivar a colonização foi a maneira mais eficaz que encontraram. A colonização ocorreu por um processo de migração interna, com colonos vindos de outros estados da região Sul e pela nacionalização da população local.

Mirian H. Zaar (2001) ao analisar a migração rural no oeste paranaense observou que “a ocupação de territórios considerados despovoados tornou-se vital, e o desenvolvimento de políticas estatais que visassem o povoamento das áreas situadas na porção ocidental do País

ganharam impulso” (ZAAR, 2001, p.25). A autora discorre sobre a ação do Estado em definir e entregar territórios considerados “desabitados” à empresas colonizadoras para a efetiva ocupação através do conceito do desenvolvimento. As dificuldades legais (faixa de fronteira) e geográfica (acesso via fluvial) tardaram a ocupação definitiva na região. Seu impulso ocorre no contexto do governo de Getúlio Vargas na política da “Marcha para o Oeste”<sup>4</sup>.

A ocupação da região Oeste do Paraná foi marcada por momentos distintos caracterizado por Ângelo Priori em quatro etapas:

Podemos dizer que o processo da ocupação da região Oeste ocorreu em quatro etapas. A primeira, e mais antiga, decorre da ocupação pelos índios que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano. A presença desses grupos indígenas, como Xetá, Kaingang e Guarani, foi notada no processo mais recente da colonização, fazendo com que essa população fosse mais uma vez reprimida. A segunda fase corresponde à atuação e presença dos padres jesuítas espanhóis que desenvolveram várias reduções (missões) pelo território. Esses aldeamentos indígenas, apesar de destruídos na primeira metade do século XVII pelos bandeirantes paulistas, conservaram forte a presença espanhola na região. A terceira etapa data do período entre 1881 e 1930, que corresponde à introdução do sistema das Obrages, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira. Por último, a quarta fase ou a etapa recente aconteceu principalmente pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram a colonização moderna do Oeste paranaense (PRIORI, 2012, p.75-76).

Nosso recorte temporal de análise não segue necessariamente essas etapas, porém incide prioritariamente sobre a terceira e quarta fase, quando a população indígena contemporânea foi expulsa de suas terras e transformada em mão de obra para terceiros.

No período que antecede a concessão de terras as colonizadoras, os Guarani foram considerados paraguaios e sua mão de obra usada em condições análogas a de escravo. Nesse sentido além de serem usados como escravos, terem suas terras roubadas, os ervateiros e madeireiros lhes tiravam a identidade, implantando-lhes a caracterização de paraguaios.

As empresas concessionárias, donas das “obrages”, utilizavam-se de mão de obra paraguaia, representada pelos “mensus”, que eram índios guaranis paraguaios que prestavam serviços aos donos das concessões, em uma relação de trabalho, na forma de servidão. Conforme relata WACHOWICZ (1988, p. 229): O “mensu” era obrigado a fornecer-se no armazém da “obrage” e suas mulheres, ociosas, eram proibidas de plantar qualquer coisa, até mesmo criar galinhas, para aumentar a dependência do “mensu”. Nas “obrages, esses “mensus” eram explorados ao máximo. Quando manifestavam qualquer descontentamento, passavam a ser tratados a chicote e pistola. [Mensu] É a palavra de origem espanhola que significa mensalista,

---

4 Programa que incentivava a colonização da região Oeste do Brasil, promovido durante a presidência de Getúlio Vargas. O lema do evento era: “terras sem homens para homens sem terra”.



aquele que recebe por mês, os peões. O controle dos caminhos e do acesso de populações brasileiras à região era essencial para a sobrevivência desse tipo de exploração. Segundo os “obrageiros”, o Brasil não podia tomar conhecimento do que ocorria nas “obrages”. Até a passagem de turistas brasileiros, que queriam conhecer as cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas, eram dificultadas (PERIS, 2002, p.64-65).

Embora configurava-se como ilegal, essa forma de trabalho era plenamente aceita pelos responsáveis pela fiscalização. A justificativa do rendimento econômico e do desenvolvimento eliminava qualquer possibilidade de controle sobre essas práticas.

No ano de 1940 o comerciante Urias Messias de Lima que esteve na região dos ervais foi interrogado na Delegacia de Polícia em Foz de Iguaçu, e declarou que:

[...] proximidades de Lopey e aí encontrou trabalhando no serviço de extração de herba-mate Antonio Diamantino Neri, o qual para o trabalho de herba-mate utilizava-se dos índios, pagando-lhes uma insignificância, que o declarante verificou que se os índios se sujeitam a trabalhar quase de graça ao Neri, é porque esse se diz Chefe dos Índios (LIMA, 11/11/1940).

Neste depoimento é possível ver como acontecia o trabalho escravo dos indígenas durante a extração da erva-mate. Do relato extrai-se a existência de um sistema de exploração, não podendo considerar como acaso. Havia um agenciador, intermediário no recrutamento de indígena e controle dos mesmos nos campos de trabalho que recebia pagamento do dono dos ervais, denominado “chefe dos Índios”, conforme o documento, nesse caso não se trata de um líder indígena, mas um agente externo encarregado de agenciar o trabalho indígena.

A exploração dos ervais ocorria mediante concessão do Governo, proprietário das terras. Por ser faixa de fronteiras as terras não pertenciam ao estado do Paraná, mas a União Federal e somente ela poderia conceder títulos de terras a terceiros, desde que não fossem habitadas pelos indígenas (Lei 601/1854). Alguns títulos foram concedidos, porém de maneira fraudulenta. As concessionárias dividiam os lotes de terras, aproveitavam se tivesse algum mineral de valor, ou faziam inventário comercial da flora, e depois também as vendiam, conforme a demanda.

A própria historiografia regional, em sintonia com os ideias de progresso e prosperidade, ignorou a presença indígena e as qualificou de paraguaios no sentido de minimizar a responsabilidade pela exploração dessa mão de obra.

[...] as dificuldades oferecidas pela região, coberta de mata densa e povoada de vários mosquitos, dos tipos pernilongo e borrachudo, apresentaram-se como um grande obstáculo. Novamente foram trazidos índios guaranis paraguaios, para fazer a parte mais difícil, que consistia na derrubada da

mata e na abertura de estradas (WACHOWICZ, 1982 apud PERIS, 2002, p.66).

Wachowicz produz um relato a partir da lógica do invasor, já que para os Guarani que habitam essa região há dois mil anos, a que tudo indica os mosquitos não os molestavam, tampouco a mata densa provocava qualquer impedimento de levar uma vida saudável, ao contrário, era da mata que extraíam grande parte de seus alimentos complementares aos cultivados. Também é importante perceber, no relato acima, o tipo de trabalho a que estavam sujeitos os Guarani, em geral no desmatamento e aberturas de estradas, ou seja, no trabalho pesado que exigia maior esforço humano.

Como explica Teresa Itsumi Masuzaki, quando os colonos chegaram e compraram seus lotes, as terras guarani ficaram cercadas de colonos, e que em decorrência dessa invasão os indígenas se viram sem espaço para continuarem com seus modos de vida, seguindo as tradições e costumes de seus povos. Assim que “a invasão de seus territórios resultou na imposição de uma nova lógica territorial, não apenas diminuindo o seu espaço de sobrevivência, mas deixando-os sobre condições ecológicas e espaciais mínimas para a reprodução do seu modo de vida” (MASUZAKI, 2015, p.82).

A expulsão da terra era a primeira atitude do colonizador. O morador Narceu Berlanda em entrevista concedida, explica como se processavam os roubos de terra dos Guarani, que em seu senso de justiça trata-se de algo normal, porque a ação era realizada pelo sistema de compra. Há uma contradição em seu depoimento, porque se eram paraguaias essas pessoas, não poderiam ser proprietários e, portanto não havia necessidade de compra da terra.

Quando a gente entrou ali e tava esse pessoal aí (os Guarani), a gente foi pegando a terra deles, foi tocando eles, que esse pessoal vende a terra a posse deles por um litro de cachaça. Então a gente comprou deles. Eu comprei 10 hectares, depois mais 5, e mais um... eu taria rico se eu quisesse (...). Esse pessoal aí não é índio, é paraguaio, é brasileiro, quer dizer, meio bugre (...) (BERLANDA, 1981).

Como resultado do avanço colonizador na região Oeste do Paraná a partir da década de 1950, os guarani ficaram praticamente sem terra. Fez com que grande parte desta população migrasse para o Mato Grosso do Sul e para o Paraguai, para espaços que eles se sentissem menos ameaçados, outros foram transferidos para as “terras de índios”, conforme dito acima. Restaram as aldeias nas margens do rio Paraná, local de menor pressão naquele momento.

Este processo de abandonar um espaço onde sofreram pressão por parte de uma colonizadora e os resultados da implantação desse processo, ocasionou em profunda mudança cultural desse povo, assim como explica Cíntia P. Inéia:

O contexto de expulsão dos indígenas de suas terras em Guaíra foi acompanhado de um conjunto de perdas territoriais. Neste caso a perda de costumes, tradições, saberes, enfim, perda de seu modo de vida e organização produtiva. Sendo assim, o fato dos indígenas terem perdido seu território implica na perda de sua identidade Guarani, pois cada vez mais o índio se afasta de suas raízes e tradições, assumindo costumes e vícios impostos pela sociedade capitalista, afastando-se também a cultura e a organização produtiva dos indígenas que têm dificuldades de serem aceitas e se reproduzirem na sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista. Essa negação do território com desdobramentos identitários, inclusive, se traduz em forte preconceito contra os indígenas (INÉIA, 2014, p.03).

Este processo resultou em profundas mudanças, já que os indígenas não perderam apenas suas terras/território, perderam muitos aspectos culturais e costumes tradicionais. A base de sua economia foi alterada. As comunidades que permaneceram, ou que recentemente estão voltando para os seus antigos territórios, passam a sofrer diariamente preconceito da comunidade em geral, que além de terem roubado suas terras ainda possuem atualmente uma visão discriminatória.

Na contemporaneidade os Guarani lutam por recuperar seu bem mais precioso, a terra: “A terra (motivo dos conflitos) possui significado diferente para os indígenas, pois, é a base para a existência, mantém viva a cultura, tradição, sustento e a manutenção da identidade indígena” (INÉIA, 2014, p. 07). Assim que a terra não possui apenas características de produzir alimentos ou bens econômicos, como conhecemos no sistema capitalista, para os indígenas a terra faz parte dos seus usos e costumes, sua cultura se concretiza a partir deste espaço. As terras Guarani são convertidas em Tekoha, ou seja, lugar onde é possível viver o modo de ser, os costumes, as leis e a religião, compota por terra habitável, como pátio, lugar de roças, lugar de mata com sua diversidade, lugar de animais e água corrente.

A construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional foi o ato final do processo de esbulho das terras na região, destruição da mata e eliminação das comunidades indígenas. Esse projeto se diferencia da colonização em diversos aspectos: pela forma violenta como foi concebida no contexto de governos militares, sem diálogo com a população; pela negação da presença Guarani – seja pela negação da sua presença ou pela sua caracterização como não-indígenas;

por seu processo irreversível, posto que as terras deixaram de existir; pela manutenção do discurso de que os Guarani já não necessitam de terra, mas de fortalecimento cultural.<sup>5</sup>

As margens do rio Paraná foram as últimas aldeias que restaram aos Guarani. Ali era o lugar do refúgio depois de toda terra arrasada no oeste paranaense. As margens do rio ainda havia mata, e os dados arqueológicos e históricos comprovam a presença dessa população. Igor Chmyz diz que “José Maria de Brito, o cronista da expedição que fundou a Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1889 (...) [informou] que a costa do Rio Paraná, da foz do rio Iguaçu até 72 km acima era ocupada no momento da fundação por (...) muitos índios”. Os depoimentos a seguir informam que eram diversas aldeias existentes nas margens do rio. Num levantamento realizados recentemente com indígenas que habitam o Tekoha Oco’y identificamos pelo menos 8 (oito) Tekoha total ou parcialmente submersos entre Foz do Iguaçu e Santa Helena: Tekoa Dois Irmãos ou Santa Helena Velha; Ocoy-Jacutinga; Passo-Kue; Ipiranga; Taquapetinga-í; Porto Irene; Porto Tamato; e Tapy’i.<sup>6</sup> Na região de Guaíra mais ao norte identificamos outros Tekoha alagados, como o de São João.

Devido a intensificação da ocupação regional, as ameaças e as expulsões dos Guarani de suas terras, o Ocoy-Jacutinga passou a se configurar como a única terra na região, a que “perturbou” a Itaipu até a formação do lago. Ela nunca foi demarcada oficialmente, porém, de acordo com o Art. 25 da Lei 6001/73 a terra indígena precede e independe da demarcação. O caso do Ocoy-Jacutinga é também um importante elemento que nos permite compreender o todo, ou seja, como os Guarani foram informados, como Itaipu os considerou, qual a atitude da Funai e do Incra e as “soluções” encontradas. Os demais Tekoha não aparecem nos registros do órgão indigenista e sequer foram considerados.

Na memória Guarani o Tekoha Ocoy-Jacutinga teria sido reservada pelo militares: “Os militares falaram: ‘aqui é de vocês, ninguém entra’” (BRANT DE CARVALHO, 2013, p.03). Essa atitude do exército foi resultado da participação Guarani como mão de obra na abertura da estrada de Guarapuava a Foz (ROCHA, 1991, p.25). Claramente está demonstrada a exploração da mão de obra Guarani, porque de acordo com a Lei de Terras de

---

5 No DVD produzido recentemente por Itaipu Binacional, “Tradição Guarani sustentabilidade das comunidades indígenas”, repete-se o discurso de os Guarani não necessitam de terra, mas de fortalecimento cultural.

6 Informações colhidas em setembro de 2015 com Cassemiro Centurion, liderança do Oco’y que habitava o antigo Oco’y-Jacutinga, apenas reafirmando os dados apresentados nesse Relatório. Sobre Tapy’i Pedro Paulo Gonçalves, também informou ao CTI, (2013, p. 80).

1850, os indígenas tinham direito sobre as terras que ocupavam, ou seja, o Exército teria pago com a terra que já era Guarani.

O que ocorreu com a ação dos militares, além do aspecto acima, foi a redução do território, o confinamento da população. De acordo com Brant de Carvalho, a primeira invasão do território de Ocoy-Jacutinga ocorrera ainda nos anos 1940, quando militares do Batalhão de Foz do Iguaçu abriram a estrada de Foz à Guaíra com mão de obra Guarani. Novamente a mão de obra Guarani sendo usada como pagamento pela redução de direitos. Segundo Pedro Alves a terra teria sido reservada pelos militares entre os rios Oco'y e Jacutinga e os Guarani deveriam respeitar 100 metros da margem do rio e que a distância entre os rios Oco'y e Jacutinga demorava cerca de 10 horas a pé.

A estrada Foz-Guaíra cortou longitudinalmente o território dos Guarani, produziu diversos impactos, talvez o mais significativo foi criação de facilidade para o ingresso de madeiras e colonos na região, desfigurando seu território.

Sobre a terra ocupada pelos Guarani Oco'y-Jacutinga, pelo Decreto Federal Nº 69.412/1971 o Inca criou assentamento e o denominou de PIC OCOY, com 12.500 ha a fim de reassentar os agricultores que deveriam desocupar o Parque Nacional do Iguaçu criado em 1939 e que ainda permaneciam naquela área protegida. Seguramente essa era a área ocupada pelos Guarani, ou a área que eles usavam para sobreviver de acordo com seus usos, costumes e tradições. Os 1.500<sup>7</sup> ha entre os rios Ocoy e Jacutinga foi o último refúgio Guarani.

João Centurião observa que a ação do Inca foi extremamente violenta. “Apareceu assim, bota fogo na casa. (...) E ai não se não quis sair, ai vinha e tem que botar fogo (...) Não dizia porque tinha que sair, não falou nada não. Era só Inca, não tinha polícia” (CENTURIÃO, 1990).

A prática do Inca era atear fogo nas casas para evitar que outras pessoas se apropriassem do imóvel ou no caso dos Guarani para evitar seu retorno. Jussara Rezende testemunhou esse processo de casas queimadas pelo Inca, afirmando que “no caso dos colonos, eles já não estavam mais nas suas casas. Suas casas eram incendiadas pelo Inca inclusive para evitar que fossem ocupadas novamente” (REZENDE, 2015).

Narcisa Tacua Catu de Almeida confirma as informações de Centurião:

Em 1972 o Inca chega aqui, expulsando a gente da terra, eles assustava a gente, ameaçava, mandava embora, botando fogo nas casa, queimando nossa plantação, atirava nossas coisa na estrada, expulsando a gente daqui...

---

<sup>7</sup> Nos documentos pós 1982 aparece com frequência o montante de 1500 ha. Esse montante corresponde o espaço entre os rios Ocoy e Jacutinga, da estrada velha de Santa Helena a foz dos dois rios.

ameaçava dar tiro na perna, quem não queria subir no caminhão (ALMEIDA, 2005).

Com a criação da Itaipu Binacional, pelo Art. III do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, o projeto do Inca sofre mudanças. Dos 12,5 mil hectares inicialmente tomados dos Guarani e reservados para assentamento dos ocupantes do Parque Nacional do Iguaçu, 8.322 ha ficariam submersos ao lago e 4.168 ha foram utilizados para o reassentamento dos colonos. Brant de Carvalho (2004), em seu laudo antropológico demonstra que toda área utilizada pelo Inca para o assentamento de agricultores era de ocupação Guarani – devendo, por exigência legal da época, ter sido demarcada pela Funai em favor destes.

Esse novo contexto, com alagamento das terras por Itaipu Binacional, provocou desdobramentos e conflitos entre os órgãos federais (Inca e Funai) com a Itaipu a fim de justificar a expulsão dos indígenas da margem do rio. A notícia gerou esparramo geral dos Guarani.

A partir de entrevistas concedidas pelos Guarani em diferentes contextos e de diferentes gerações é possível reconstituir a violência com que foram tratados, relatando a expulsão de três tekoha (Passo-Kue, Ipiranga, Taquapetinga-i) próximas ao Ocoy-Jacutinga:

Então ele [pai do entrevistado, Severo Bogado] falou que na época de 1960 quando entrou lá, ele entrou tinha vida boa, tinha peixe, tinha água, tinha tudo, que ele não tinha problema nenhum antes que a Inca entrou lá (BOGADO, 1990).

A ação do Estado em todo processo histórico de esbulho das terras no oeste paranaense se mostrou totalmente contrário aos Guarani, apesar da existência de órgãos federais de assistência e proteção como o SPI e da Funai, foram usadas transferências forçadas e total omissão no caso das aldeias alagadas por Itaipu Binacional além de expropriar a área conhecida como Três Lagoas ou Colônia Indígena Guarani, em Foz do Iguaçu. Três Lagoas era uma área de terra no atual município de Foz do Iguaçu, reconhecida como terra indígena da qual os Guarani foram expulsos pelo Inca com consentimento da Funai. A área quando medida pelo Setor de Topografia do Projeto Fundiário do Paraná, somava 517,971 ha e teria sido demarcada pelo “Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina do Inca”. É provável que a medição tenha sido resultado de redução da área pelas inúmeras invasões. A terra não foi coberta pelo lago, mas foi invadida por colonos. No local há cemitério, o qual, diversos Guarani sabem seu exato local e seus parentes que estão enterrados ai. Diversos

Guarani que atualmente ocupam os Tekoha na região oeste do PR moraram por algum tempo nessa terra. Trata-se de um lugar amplamente conhecido pelos Guarani e que ressentem sua expulsão do local.

### **Considerações finais**

A partir destas breves informações sobre a colonização da região Oeste do Paraná e a relação com os Guarani, podemos perceber que o indígena pouco aparece na historiografia, e quando aparece é empregado como cidadão paraguaio. A partir dos documentos estudados não conseguimos obter informações positivadas, exceto a memória oral Guarani, sobre essa população, tampouco documentos que não se refiram aos mesmos como estrangeiros.

Nota-se que diante da pressão sofrida pelos Guarani pelo avanço do processo de colonização na região Oeste do Paraná, e os conflitos dela decorrente, ocasionou um *sarambi* (esparramo) por parte dessa população, com a perda das terras e a migração para outros locais onde não se sentissem tão ameaçados. Ocorre que o processo de colonização não é exclusivo do Oeste do Paraná, ocorreram também no leste paraguaio, nordeste argentino e no Mato Grosso do Sul quase que ao mesmo tempo, aumentando o processo migratório dessa população em forma circular, ora no Brasil, ora no Paraguai e ora na Argentina, sempre buscando espaços de menor pressão. Diversas famílias não tomaram a decisão de migrar e permaneceram na região até o tempo presente, outras decidiram retornar as suas antigas terras.

Durante todo o processo de esquecimento e encobrimento do Povo Guarani que vivia nessa área, suas terras acabaram sendo vendidas, e as comunidades foram ficando mais espremidas. A única área de mata na região ficou sendo o Parque Nacional do Iguazu, porém, as diversas comunidades Guarani que lá viviam foram expulsas, devido ao conceito de “reserva intocada”.

Atualmente as mais de 20 comunidades Guarani no Oeste do Paraná estão empenhadas em recuperar pequenas frações de terras que sempre foram suas, porém os desafios são imensos, desde as dificuldades em convencer os gestores públicos responsáveis por tais medidas, até encontrar elementos no ordenamento jurídico que convença o judiciário a conceder decisões favoráveis. Porém, o principal desafio é enfrentar a memória regional que os considera estrangeiros e portadores de uma cultura que não contribui com os ideais do desenvolvimento regional.

## Referências Bibliográficas

BONOMO, M.; ANGRIZANI, R.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, 2015. 356 pp. 54 e 73.

BRANT DE CARVALHO, Maria Lucia. **Relatório Antropológico**. AERBAURU/SP/FUNAI/MJ. São Paulo. 150 páginas. 2004

BRANT DE CARVALHO, Maria Lucia. **Das terras dos índios a índios sem terras. O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta**. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP. São Paulo, 2013.

BRIGHENTI, Clovis A. Povos indígenas em Santa Catarina. In. NÖTZOLD, A. L.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Palotti, 2012. p.37-66

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – CTI. **Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)**: Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: CTI, 2013.

DUSSEL, Enrique. 1492 El encubrimiento del otro. Hacia la origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural, 1992.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo – Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação**. – Franca: UNESP, 2007.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel - Paraná: Edunioeste, 2008. Disponível em: [http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro\\_eurobrasileiros\\_espaco\\_colonial\\_valdir\\_gregory.pdf](http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_eurobrasileiros_espaco_colonial_valdir_gregory.pdf) - Acessado em: 12/12/2016.

INÉIA, Cíntia Pires. Conflito, território e identidade: o caso dos indígenas Guarani de Guaíra/PR. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória – ES, 10 a 16 de agosto de 2014.

KRYSZCZUN, Carla Aline. **Resistência cultura indígena: questão de sobrevivência identitária**. Unioeste, Toledo – PR, 2003.

LIMA Urias Messias de. **Extrato do depoimento a Delegacia de Polícia em Foz de Iguaçu**. Acervo do Cimi. 1940

MASUZAKI, Teresa Isumi. A luta dos povos guarani no extremo oeste do Paraná. **Revista Pegada** – vol. 16, n. especial. Maio/2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3525/2881>. - Acessado em 10/12/2016.

MELIÀ, B. A experiência religiosa Guarani. (In): **O Rosto Índio de Deus**. (trad.) CLASEN, J. A. São Paulo. Ed. Vozes. 1989.



Revista SURES: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>, Ano: 2017, fev, Número: 9, pág. 113-131

OLIVEIRA, Vânia Salete Klein de. **Implicações socioambientais causadas pelo processo de ocupações da região oeste do estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1980**. Marechal Candido Rondon, 2013.

PERIS, Alfredo Fonseca. A Dinâmica econômica dos eixos Cascavel - Guaíra e Cascavel - Foz do Iguaçu. In: **Trilhas, Rodovias e Eixos: um estudo sobre o desenvolvimento regional**. Unioeste, Cascavel - Paraná, 2002. Disponível em: [http://www.geocities.ws/perisconsultoria/publicacao/Trilhas\\_cap04.pdf](http://www.geocities.ws/perisconsultoria/publicacao/Trilhas_cap04.pdf) - Acessado em 11/12/2016.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89.

**BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: [http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20CNV\\_final\\_.pdf](http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20CNV_final_.pdf) – Acessado em: 12/12/2016.

ROCHA, Elaine Pereira. **Ava-Guarani: Presente!!!**. Xanxerê: Cimi Sul, 1991.

SCHMITT, Judith Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000**. Marechal Cândido Rondon, 2008.

TOMMASINO, Kimiye. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani de Araçá'i**. Coordenadora e Antropóloga do Grupo Técnico constituído pela Portaria 928 – 06/09/2000. Brasília/DF. Funai/MJ. 2001.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba : Vicentina, 1982.

ZAAR, Miriam H. A migração rural no Oeste Paranaense/Brasil: A trajetória dos “brasiguaios”. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 94, 1 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-88.htm> – Acessado em 08/12/2016.

### **Fontes orais**

ALMEIDA, Narcisa Tacua Catu de. **Depoimento concedido a Maria lúcia Brant**, Tekoha Oco'y, 2005.

ALVES, Pedro. **Depoimento concedido a Elaine Rocha**. Tekoha Ocoy,1990.

BENITES, Honório. **Depoimento concedido a Clovis Antonio Brighenti**, Tekoha Itamarã, 2016.

BERLANDA Narceu. **Depoimento ao Cimi Sul**. Arquivo do Cimi regional Sul. Brasília, 1981.

BOGADO, Aleixo. **Depoimento concedido a Elaine Rocha**. Tekoha Ocoy,1990.

CENTURIÃO, João. **Depoimento concedido a Elaine Rocha**. Tekoha Ocoy,1990.

CENTURIÃO, Cassemiro. **Depoimento concedido ao Centro de Trabalho Indigenista**. Tekoha Ocoy, 2015.

Revista SURES: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>, Ano: 2017, fev, Número: 9, pág. 113-131

REZENDE, Jussara. **Depoimento concedido a Clovis Antonio Brighenti**, Luziânia (GO), 2015.